



NOVOS CADERNOS NAEA

RESENHA





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 2 • maio-ago. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536





RESENHA



**FIGUEIREDO, SILVIO LIMA ET AL. AMAZÔNIA,
CULTURA E CENA POLÍTICA NO BRASIL.
BELÉM: NAEA, 2016. 222 P.**

Ana Caroline do Rosário Sousa  



Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Edilene do Socorro Silva da Rosa  


Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Nyvia Cristina dos Santos Lima  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Paulo Afonso Dias de Lima  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Flávia Ferreira Gomes  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

A obra intitulada *Amazônia, cultura e cena política no Brasil*, composta por um conjunto de artigos, tem como objetivo fomentar a reflexão sobre como as políticas públicas e a gestão cultural foram institucionalizadas no Brasil e sua relação com o contexto político recente, além de relatar as experiências vivenciadas no estado do Pará no período de 2003 a 2016, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) estava no poder em nível federal. Também apresenta estudos em outros estados e países, como Rio de Janeiro, Brasil e sobre experiências portuguesa e francesa.

No período acima descrito, tinha-se por objetivo central a implementação de um Sistema Nacional de Cultura (SNC), considerado um modelo de gestão que promove a pactuação de políticas públicas entre os estados, municípios e a sociedade civil.

Os autores, que são pesquisadores, gestores e coordenadores de projetos culturais, analisam os desdobramentos do SNC e da política cultural implementada nos últimos anos, destacando a importância da participação conjunta dos entes federativos e sociedade civil.

O livro observa que as políticas culturais nos países do ocidente fazem parte tanto de aspectos simbólicos quanto práticos da cultura. Ele mostra, em seus variados textos, como as trocas de ideias ultrapassam fronteiras e oferecem uma visão ampla, cobrindo a cultura no Brasil e experiências de outros países.

Levando-se em consideração este relato de experiências no âmbito cultural, o autor Sílvio Figueiredo, em seu texto “Políticas públicas, cultura e resistência”, relata sua visita ao edifício Gustavo Capanema, sede do Ministério da Cultura, no Rio de Janeiro, em maio de 2016, que nesta época estava ocupado por artistas e produtores culturais em protesto contra a extinção do Ministério da Cultura (MinC)¹.

Baseando-se nas considerações de Rubim (2007), e citando Garcia Canclini (1990), o autor reitera que políticas públicas voltadas para a cultura consistem em ações coordenadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários, a fim de direcionar processos simbólicos e políticos e, evidentemente, atender às demandas culturais de uma sociedade, buscando, assim, alcançar consensos para estabelecer uma determinada ordem social ou até mesmo promover mudanças.

¹ O MinC foi extinto no governo de Michel Temer em 2016 e incorporado ao Ministério da Educação para, logo depois, ser desincorporado e recriado como ministério. Foi extinto novamente no primeiro dia de governo de Jair Bolsonaro, em 1º de janeiro de 2019, para então ser transformado em Secretaria Especial da Cultura, primeiramente vinculada ao Ministério da Cidadania e posteriormente vinculada ao Ministério do Turismo. O MinC retorna no governo de Lula da Silva a partir de 2022.

Para Garcia Canclini (1997), a importância das políticas culturais está pautada na maneira como elas podem influenciar a produção e a disseminação da cultura, podendo também preservar as tradições, principalmente em um mundo globalizado no qual ocorre a mistura, interações e trocas entre diferentes culturas, tendo como resultado manifestações culturais híbridas.

Retomando a experiência de Silvio Figueiredo em sua visita ao edifício Gustavo Capanema, o autor - que também participou de ocupações como as do prédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Belém do Pará - considera esses movimentos como uma evidência de que jovens e artistas estavam preocupados com o rumo político e democrático do Brasil depois da ameaça de extinção do MinC, promovida durante o governo de Michel Temer (2016-2018).

Durante a visita, Silvio Figueiredo ressaltou a forte simbologia do Ministério da Cultura, como uma espécie de ‘pasta’ que representa a cultura brasileira. Ele percebe a efervescência cultural presente naquele momento de crise, bem como as resistências que estavam sendo exercidas pelos manifestantes, ainda que não houvesse a presença oficial das instituições do ministério.

Essas resistências no âmbito cultural podem ser entendidas como reações a opressões políticas, desigualdades sociais e discriminação cultural, com o intuito de promover reflexões que possam contribuir para a diversidade cultural. As resistências culturais, conforme abordado por Oliveira (2019), consistem em permitir que diferentes grupos sociais tenham o direito de exercer suas manifestações dentro de suas próprias *maneiras de fazer*.

Embora a recriação do Ministério da Cultura em maio de 2016 tenha acalmado um pouco os ânimos, o autor resalta que isso não eliminou a ameaça de desmonte e desestruturação das atividades do ministério, que já tinham percorrido um caminho importante, embora com algumas limitações (a pasta viria a ser extinta durante o governo Bolsonaro e recriada recentemente com o retorno do Presidente Lula da Silva).

Dessa forma, o texto aponta que as políticas públicas para a cultura no Brasil existem há algum tempo e são resultado de diferentes perspectivas sobre o papel da cultura no país. Essas perspectivas muitas vezes são contraditórias e não sincrônicas, mas todas reconhecem a importância da coordenação e orientação da chamada “cultura brasileira”.

No que se refere às dificuldades para o incentivo à cultura, Carlos Paiva destaca, em “Notas sobre os atuais desafios do fomento à cultura”, a

heterogeneidade do campo cultural, que abrange uma ampla variedade de práticas, desde iniciativas experimentais até fenômenos de massa.

Sobre a relação da diversidade cultural com políticas públicas, Escobar (2005) reforça a importância de políticas mais flexíveis que possam se ajustar a essa diversidade, de modo a reconhecer e valorizar os diferentes saberes, práticas e modos de vida existentes nas sociedades.

A diversidade demanda políticas de financiamento e fomento adequadas, que levem em consideração as diferentes dinâmicas e questões presentes. Na esfera federal, as políticas de fomento estão predominantemente concentradas na Lei Rouanet.

No entanto, ressalta-se que essa legislação, composta por três mecanismos de incentivo (Fundo Nacional da Cultura, Incentivo Fiscal e Fundos de Investimento Cultural e Artístico), acabou privilegiando apenas uma das partes, no caso o incentivo fiscal.

Carlos Paiva destaca também as inúmeras críticas feitas a essa lei, mesmo por aqueles que a consideram adequada em sua essência, apresentando algumas distorções geradas pela sua aplicação, como a concentração de recursos em projetos de grande porte, a falta de participação efetiva da sociedade civil na definição dos projetos financiados e a tendência de financiar apenas projetos de apelo comercial.

Essas distorções evidenciam a necessidade de uma reformulação do sistema de fomento à cultura no Brasil. Além disso, destaca-se a importância de políticas de financiamento e fomento que levem em consideração a diversidade cultural, a liberdade de expressão e o papel dos mercados.

Sendo assim, o autor ressalta a necessidade de criar um ambiente propício ao desenvolvimento de todas as práticas culturais, seja por meio do fortalecimento de mecanismos existentes ou da criação de novos instrumentos de incentivo, considerando-se a diversidade cultural e garantindo participação da sociedade civil na definição das políticas de financiamento e fomento à cultura.

Em “Pontos de Cultura e Cultura Viva no contexto de ameaça à democracia brasileira”, José Maria Reis e Souza Junior discute a importância dos Pontos de Cultura e do programa Cultura Viva no contexto de ameaça de dissolução do MinC.

O autor destaca a posse de Gilberto Gil como Ministro da Cultura em 2003 e a sua missão de instaurar uma nova visão de cultura e política cultural no país. O conceito de cultura proposto por Gil ia além das concepções acadêmicas e das formas canonizadas pelos códigos ocidentais.

Ele rejeitava a ideia de “folclore”, entendendo esse termo como uma forma de discriminação cultural e defendia que “tudo é cultura, produzido por todas as pessoas, sem distinção de hierarquia artística ou intelectual.

Nesse sentido, o autor destaca a importância dos Pontos de Cultura e do programa Cultura Viva, criados durante o governo de Gil, como formas de reconhecer, valorizar e fortalecer as expressões culturais de diversas comunidades em todo o país.

Esses programas foram fundamentais para descentralizar o acesso à cultura e promover a participação ativa da sociedade, dando voz e protagonismo aos grupos e indivíduos marginalizados. No entanto, o autor ressalta que esses avanços conquistados enfrentaram desafios e ameaças no contexto político atual do Brasil, marcado por uma crise democrática devido a diminuição de recursos para cultura, a desvalorização dos programas e políticas culturais e a falta de reconhecimento das conquistas alcançadas.

Por isso, defende a importância de resistir e lutar pela continuidade e fortalecimento dos Pontos de Cultura e do programa Cultura Viva, como formas de resistência e de afirmação da diversidade cultural brasileira, a fim de manter vivo o espírito de participação e de construção coletiva presente nesses programas.

Ana Claudia dos Santos da Silva, ao escrever “Políticas públicas de memória e museologia social: os Pontos de Memória no Brasil”, objetivou analisar a maneira com que essas políticas têm valorizado a memória social e promovido a inclusão de comunidades periféricas.

A autora destaca que, a partir do governo de Lula (2003-2010), houve uma grande ênfase nas áreas de memória, patrimônio e museus, com o objetivo de valorizar o papel dos museus como agentes de desenvolvimento local e de promover a valorização da memória social de grupos anteriormente negligenciados pelas políticas governamentais.

Um marco importante nesse período foi a reformulação do Ministério da Cultura, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), responsável pela proposição das políticas de museus e memória no país. O IBRAM também passou a propor ações direcionadas à preservação e valorização da memória de comunidades e grupos diversos da sociedade civil.

Nesse contexto, o Programa Pontos de Memória foi criado como uma política pública de memória e museologia social. O programa busca valorizar a memória social de comunidades de bairros periféricos nas cidades brasileiras, incentivando a criação de espaços de sociabilidade e de disputa pelo poder da memória.

A memória é tratada como um dispositivo de coesão e articulação dos grupos sociais em busca de identidade e de conquistas em prol do desenvolvimento local.

A autora ilustra o trabalho do programa com o exemplo do bairro da Terra Firme, em Belém do Pará. Ela destaca a importância do trabalho realizado pelos Pontos de Memória em promover a memória dessa comunidade e promover o reconhecimento e a valorização de sua história.

Em “Políticas culturais na promoção da diversidade cultural e valorização do patrimônio imaterial”, Auda Piani Tavares apresenta um debate sobre como a promoção de políticas culturais estão diretamente ligadas ao reconhecimento da diversidade. Uma dinâmica que se baseia na relação entre cultura e política cujo reconhecimento pode possibilitar mudanças sociais. A autora revisa os desafios na definição e aplicação de políticas públicas e como estas em um primeiro momento estiveram ligadas a interesses das elites, e que a partir da década de 1970 conviveram com oposições, ideias e lutas que buscavam alternativas, representadas por reivindicações de movimentos sociais e o interesse de instituições intergovernamentais no debate, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros, com destaque para a importância da preservação de bens intangíveis.

No Brasil destaca-se o pioneirismo de Mário de Andrade, que na década de 1920 já iniciava a tentativa de reconhecimento de uma identidade nacional, se colocando na vanguarda de um processo que levaria à institucionalização do patrimônio imaterial no Brasil, um caminho longo até a criação do Departamento de Patrimônio Imaterial, no IPHAN, em 2004.

Por fim, a autora destaca que atores políticos e culturais desencadearam um debate sobre a cultura imaterial e como o próprio conceito de cultura deve ser um caminho constitucional de mudança social e desenvolvimento integral. Para a autora a questão está em superar as visões reducionistas que não reconhecem formas de culturas imateriais outras, e que a preservação se encontra na identificação da diversidade e na inserção de saberes e práticas culturais em projetos de educação formal e informal.

Eliana Bogéa e Sílvia Lima Figueiredo tratam da consolidação, atuação e impacto do Sistema Nacional de Cultura no Estado do Pará. Os autores iniciam o texto argumentando que cultura, a partir de 2003, passa a ser vista pelo Ministério da Cultura (MinC) como uma política pública

de Estado a partir de três dimensões: simbólica, cidadã e econômica, na tentativa de superação da visão centrada em uma cultura “cultura” para identificar e dar importância à diversidade das culturas populares, buscando o desenvolvimento do território e possibilidades de cidadania a partir do aspecto cultural.

No âmbito Nacional, a posse de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, como outros autores do livro destacaram, provocou mudanças significativas nas ações a serem tomadas como prática de governo. Uma crítica do próprio ministro é levantada sobre a omissão do Estado por deixar à frente de políticas de governo decisões voltadas para o mercado e pela regionalização do investimento no setor cultural, concentrado na região sudeste do Brasil. Tem início, portanto, uma nova fase no MinC que toma corpo a partir de 2010.

Os autores citam atividades fomentadas pelo ministério que contribuíram para essa nova posição perante a sociedade civil, como a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC), o Sistema Nacional de Cultura (SNC), o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (PROCULTURA), na tentativa de sanar distorções regionais e fortalecer o Fundo Nacional de Cultura (FNC). Além desses mecanismos de gestão, destacam-se as Conferências de Cultura, buscando articular as esferas municipal, estadual e federal, e o diálogo e a participação da sociedade civil. Os autores observam então a participação do Pará no panorama nacional e no contexto das conferências, a partir da 3ª Conferência Nacional de Cultura (3ª CNC), que possibilitou resultados positivos com a participação e organização das Conferências Municipais de Cultura em 55% dos municípios, propiciando importantes espaços de diálogo entre poder público e sociedade civil. No entanto, mesmo com avanços positivos no âmbito nacional e na sua relação com a região Amazônica, em específico o Pará, os autores advertem ser necessário observar alguns pontos para que se implementem Sistemas Municipais de Cultura nos territórios: a superação da cultura apenas como calendário de festas da cidade; o uso da cultura em uma política assistencialista; a mudança na gestão municipal que gera instabilidade; a falta de órgão municipal gestor de cultura; a ausência de corpo técnico; as dificuldades de acesso à internet; e a carência de orçamento.

Fábio Fonseca de Castro e Marina Ramos Neves de Castro apresentam um debate sobre como os quase 20 anos de governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no Pará contribuíram para a formação de um padrão estrutural específico e um perfil elitista e conservador nas políticas de cultura do estado. Os autores observam um distanciamento do que pode

ser associado ao massivo e ao popular, dando prioridade a uma visão elitista, uma dimensão ideológica que caracterizou a cultura política do período do partido no governo do Estado.

Os autores se baseiam em Celso Furtado (1964, 1974) para argumentar que o “ethos”, a dimensão intersubjetiva que movem os agentes sociais, está ligado a uma visão colonialista e de dependência que parte da elite paraense possui com a experiência e os valores da sociedade europeia, traduzindo isso na política cultural do Estado do Pará, discutindo a valorização do exógeno e argumentando que as identificações “amazônicas” são utilizadas de forma estratégica pelas elites locais, não em forma de valorização, mas como narrativa. Essa cultura política advinda de processos de colonialidade e subalternidade tende ainda a dificultar os processos críticos e participativos do debate e arena política e dificultam a atuação das instituições democráticas, gerando políticas públicas que segundo Fábio Castro e Marina Castro “sejam tão marcadas, senão mesmo caracterizadas, por aqueles traços da cultura política que chamamos de clientelismo, paternalismo, patrimonialismo e personalismo” (p. 90). Os autores concluem que os últimos 20 anos do projeto do PSDB no Pará prejudicaram a sociedade paraense pois representaram uma cultura política que legitimou um processo exclusivista e colonial de sociedade.

Em “Inconsistências patrimoniais: registro e salvaguarda do patrimônio imaterial paraense e o golpe à democracia”, Amarildo Ferreira Júnior relaciona o que chama de “inconsistências” na justificativa do então governador do Pará, Simão Jatene, sobre o veto de um registro do patrimônio cultural de natureza imaterial, com o golpe em curso no impedimento da então presidenta Dilma Rousseff e o período que marcou a extinção e depois recriação do ministério da cultura (MinC).

Segundo o autor, o veto no reconhecimento do Festival do Jacaré Verão, realizado no município de Jacareacanga, no Baixo Amazonas, como patrimônio imaterial paraense, medida que havia sido aprovada pelo plenário da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), mesmo que pareça “consistente”, não leva em consideração avanços obtidos no escopo da preservação do patrimônio imaterial antes dos ataques à democracia e a própria atuação do MinC, visto que no âmbito federal já existiam metodologias e formas de reconhecimento que abarcariam o patrimônio imaterial de forma a contrapor a justificativa e então inconsistência do veto. Segundo o autor, no próprio âmbito estadual há instrumentos que preveem formas que abarcam o patrimônio imaterial, visto que a maioria dos dispositivos estaduais são uma

reprodução dos dispositivos federais, que foram discutidos e aperfeiçoados desde a redemocratização, como o autor demonstra por quadros de análise. Por fim, o autor coloca como questão entender o porquê de os dispositivos de salvaguarda do patrimônio imaterial não serem colocados em prática e como isso é uma decorrência direta do desmonte, em âmbito federal, da estrutura na área de cultura, inserindo as políticas públicas culturais em interesse eleitoreiros, convivendo com as vontades sazonais dos governos regionais e a falta de autonomia e participação popular crítica.

Ao abordar a Lei Valmir Santos e a implantação do Sistema Municipal de Cultura de Belém, Valcir Bispo Santos busca, de maneira clara, novas possibilidades de expansão democrática da cidadania cultural na Amazônia, sobretudo devido ao papel essencial dos movimentos e coletivos culturais na elaboração e aprovação da Lei. Entretanto, esse caminhar institucional ainda precisava de uma mobilização política e cultural muito ampla, pois a gestão municipal do Prefeito Zenaldo Coutinho, em meados de 2013, havia bloqueado o processo de implantação do Sistema Municipal de Cultura – Belém, dificultando o processo de institucionalização da lei em questão.

Ainda segundo o autor, o espelho cultural em Belém é muito diversificado, apesar do carente apoio por parte do poder público municipal. Entretanto, esse aspecto ainda pode se tornar mais primoroso se ocorrer a democratização da cultura e dos recursos disponíveis na cidade. Mas para isso, seria fundamental a implantação do chamado “CPF da Cultura”, ou seja, do Conselho, Plano e Fundo municipais de cultura, previstos no Sistema Municipal de Cultura de Belém.

A participação social está presente em todas as etapas do processo de construção do Sistema Municipal de Cultura de Belém – SMC Belém, isso porque a luta pela democratização da política cultural se constituiu no eixo dinamizador mais importante desse processo. Sendo assim, é importante frisar que a cultura está entrelaçada diretamente com a sociedade, sendo uma importante fonte de geração de conhecimento, vislumbrando o exercício do pensamento e não podendo se dissociar da sociedade nas suas formações pessoal, intelectual e de se relacionar no coletivo.

A Lei Municipal nº 8.943, de 31/07/2012, conhecida como Lei “Valmir Bispo Santos”, cria o Sistema Municipal de Cultura de Belém e é composta por 76 artigos. Devido à intensa participação social na sua formulação, o Sistema Municipal de Cultura de Belém – SMC Belém contém várias inovações e avanços, sobretudo em termos de democratização da gestão e da política cultural. Destaca-se o chamado “CPF da Cultura”, ou seja, o Conselho, o Plano

e o Fundo municipais de cultura, que constituem os eixos desse processo de democratização da política cultural e do SMC Belém. A lei busca em sua essência definir Belém como metrópole cultural e criativa da Amazônia, o que torna evidente neste cenário a necessidade de ajustes ainda mais amplos. Há de se considerar que compreender a cultura exige conhecimento teórico e empenho; perpassando pela questão de política pública cultural em um contexto multifatorial e diverso e exigindo-se reflexão e prática ao tratar cultura material e imaterial. Na obra, foram considerados os avanços políticos culturais brasileiros.

O contexto brasileiro da cultura e das políticas culturais deve ser entendido a partir dos fatos passados com o golpe de 2016, por meio de cortes de orçamento, da extinção de ministérios, das PECs, de usurpação de direitos conquistados e de reformas à revelia da maioria da sociedade, com problemas ainda não superados atualmente. Em resumo, é citado o complexo momento do governo municipal, as tentativas de fazer política cultural mesmo diante de tantos empecilhos, afetando não somente tais formulações, mas também a participação da sociedade de fato, no seu direito de compreender e vivenciar a cultura.

Neste aspecto, é importante salientar que a cultura é um direito constitucional citado no artigo 215 da Constituição Federal de 1988: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Brasil, 2016), e sendo assim, os governantes devem colaborar e facilitar a sua institucionalização. Porém sabe-se que, mesmo diante de um amparo constitucional, não se dá o real valor para aspectos culturais e legais envolvidos nos processos sociais.

Nessa direção, Benison Oliveira apresenta o estudo “O fortalecimento da política cultural brasileira e os reflexos no IPHAN através da Projeto Rua em Belém, PA”, que abordou o projeto Rota Urbana pela Arte (RUA), uma ação de educação patrimonial com a produção de murais de graffiti nas paredes do Bairro da Cidade Velha, no centro histórico de Belém no Estado do Pará. O autor expõe as relações com o Iphan no Pará, nas autorizações para a realização dos murais. Também, indica a presença de arte e cultura nas ruas do bairro, a partir das conversas e entrevistas com os moradores, representando assim cenas cotidianas. O projeto ficou restrito a uma única edição que, sem apoio e aporte públicos, acabou se restringindo àquele momento.

A tentativa de reforma da feira do Ver-o-Peso pela Prefeitura de Belém, no estado do Pará, relatada por Brenda Taketa e Guilherme Guerreiro Neto, é assinalada como um processo de política cultural e urbanística imposto por meio de um projeto autoritário em diversos aspectos (sociais, econômicos, urbanísticos, entre outros), e considerando a importância cultural e econômica desse espaço para a população paraense, não se priorizou a opinião popular e dos feirantes nesta discussão, mas sim das classes médias e elites. A população, que se utiliza e se apropria da feira como seu patrimônio, conhece as reais necessidades em uma reforma.

Carente de espaços culturais e com políticas públicas de cultura limitadas ou implementadas a grupos restritos, artistas e produtores culturais resolveram abrir suas casas para que se transformassem em centros culturais alternativos, funcionando como teatros ou espaços de cultura para espetáculos, performances e outras manifestações culturais. Dessa forma, Luciana Porto e Wladilene de Sousa Lima, em busca de uma política cultural cidadã, apresentam o que denominam casas-teatro: a Casa da Atriz, o Porão Cultural da UNIPOP, o Casarão do Boneco, o Teatro Cuíra, o Atores em Cena, o Reator, a Casa dos Palhaços e a Casa Dirigível, todas em Belém, buscando garantir a efervescência cultural da cidade sem política para tal.

Políticas públicas envolvendo o lazer somente como mercadoria são identificadas como incentivadoras do ócio necessário para ampliação de produtividades. Dessa maneira, tais políticas pouco dialogam com as reais necessidades da sociedade civil, tão pouco dialogam com reais direitos sociais. Nessa chave, o texto de Mirleide Bahia, Juliana Hamoy, Kassia Farias e Thiliane Meguis apresentam uma análise sobre o tema considerando a legislação vigente. Diante do quadro que o Brasil vem atravessando nos últimos anos, percebe-se um clamor por implantação de políticas públicas adequadas e, sob o ponto de vista teórico-conceitual, as autoras apresentam as principais políticas públicas de lazer até 2016, formuladas em governos democráticos.

O que evidentemente fica claro é que, apesar do lazer estar presente nas legislações bases da democracia brasileira, isso não significa dizer que há uma garantia legal de seu acesso eficiente, qualitativa e equitativamente. Em Belém, o capítulo faz um recorte entre os anos 2009 e 2016, apresentando o sistema de operacionalização de políticas de lazer ligadas à Prefeitura de Belém. Destaca ainda a influência da urbanização, o crescimento da cidade e sua ocupação de

maneira desordenada. As autoras indicam a necessidade de se ponderar o papel da educação nesse processo, pois a população precisa entender “seus direitos, adquiridos e garantidos legalmente” (p. 172) e assim aproveitar seu tempo disponível e consideram a necessidade de um planejamento comprometido, ampliando o espaço de lazer de mero ócio improdutivo a espaço democrático com potência para o desenvolvimento social.

A questão da cultura e a perspectiva de espaços públicos possíveis às diferentes manifestações culturais é outra questão intrigante, desafiadora e necessária. Assim, Elis Miranda nos apresenta a importância de relações entre diferentes instituições e entidades públicas e/ou privadas, ligadas aos setores da educação e da cultura, a partir do Caso do Galpão Cultural da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro, Brasil. O texto destacou as pessoas envolvidas dos diversos movimentos sociais e culturais, entre elas: estudantes, artistas de diferentes áreas, pesquisadores, entre outros. Apesar de todo movimento apresentado no período em questão, esse conjunto de agentes não conseguiu mobilizar a gestão municipal da cidade a atuar em parceria, apesar do acesso ao Edital Mais Cultura nas Universidades, programa do MinC.

Desafio que se repete em diferentes espaços culturais do Brasil, que no contexto de pandemia e pós pandemia (2020/2022), foi mobilizado pelas Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, embora haja problemas para que as prefeituras se adaptem à gestão dos recursos oriundos destas leis.

O livro também traz em seus textos debates abordando a importância de melhoria da qualidade do ambiente urbano, que possibilite acesso a eventos artísticos e culturais, bem como o respeito às Diretrizes da Declaração dos Direitos Humanos, partindo principalmente de princípios como a valorização do ser humano e seu acesso à informação e ao conhecimento, sendo estas também, questões de justiça social. Nesses contextos, o lazer, a cultura e a educação por diversas vezes se entrelaçam, produzindo campos inter e transdisciplinares.

O livro traz ainda experiências fora do Brasil, com o texto de Maria Manoel Baptista, Sônia Ferreira Pinto e Paulo Carrelhas sobre os salineiros de Larvos e o papel do Núcleo Museológico do Sal da Figueira da Foz, em Portugal, a partir do debate dos conceitos de planos de memória e pontos de cultura. No início do trabalho dialogam com Miguel (2012), para entender o mundo das narrativas e da memória nos campos social, cultural e político, sinalizando a grande importância destes para garantias de preservação de memória.

Outra parte importante do estudo é o entendimento de Tamara (2015) que assevera que a paisagem também deve ser compreendida como patrimônio cultural, considerando as ligações desta com as produções simbólicas da comunidade.

Nessa perspectiva, o Núcleo Museológico se apresentou como um elo que mediou as relações entre a comunidade local de Marnotos de Larvos e a câmara municipal da Figueira da Foz. Assim, a mediação de mecanismos como a de reconhecimento que tanto as salinas, quantos seus trabalhadores, são parte integrante de um território e detentores de uma prática de produção do sal, que se mantém por tempos e remetem ao período medieval, mantendo técnicas importantes desse processo, foram e estão sendo de total importância na relação dessa comunidade com o turismo, em busca de práticas de valorização e sustentabilidade.

Um destaque importante do estudo é a influência do turismo no território, quando identifica que os chamados vizinhos do Núcleo sentiram necessidade e buscaram se adaptar ao fluxo de pessoas, sentindo-se valorizados.

Por fim, o livro nos apresenta o estudo de Monique de Boutteville e Muriel Roland, que aborda os movimentos paradoxais que caracterizaram a relação entre o estado e cultura na França. A autora considera como ponto de inflexão na política cultural francesa o decreto de Malraux e o Ministério de Jack Lang, ambos considerados um sistema elitista, no qual a França não conseguiu ainda se libertar. Um modelo ligado ao projeto de civilização branca, segundo Jean-Louis Sagot-Duvaouroux (2016).

Percebemos na leitura que esse cenário, não diferentemente do Brasil, apresenta-se em desequilíbrio, pois os grandes espaços e empresas culturais ainda são beneficiados e possuem o maior acesso aos financiamentos e políticas culturais, influenciando também na oferta, diversidade e distribuição de atividades culturais. Não alcançando qualitativamente as diversas camadas da população e, mais especificamente a população considerada economicamente desprovida de recursos financeiros.

Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil traz textos em que os autores refletem sobre o panorama recente de como as políticas públicas têm se relacionado com a cultura no contexto brasileiro e amazônico. Um panorama que aborda aspectos conceituais, históricos e políticos e questiona sobre o papel que a cultura desempenha nas diversas possibilidades de desenvolvimento e da ação pública. Da diversidade do que chamamos de cultura brasileira e/ou amazônica surgem dinâmicas,

relações, distanciamentos e alternativas para continuar refletindo de forma crítica sobre as políticas culturais e de lazer pensadas para o país e a região. Diferentes ideias de culturas, diferentes perfis de governo, diferentes reações populares redirecionam o olhar ao papel que essas políticas devem ter para o avanço do campo cultural, da democratização de acessos e da participação mais ampla de culturas alternativas não hegemônicas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 nov. 2023.
- ESCOBAR, Arturo. **Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2005. 276 p.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. Introducción: políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latino americano. In: GARCÍA CANCLINI, Néstor (org.). **Políticas culturales en América Latina**. Ciudad de México: Grijalbo, 1990. p. 13-61.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1997. 416 p.
- MIGUEL, A. C. **Como nascem as histórias: uma conversa sobre o programa Pontos de Memória**. II Encontro Funarte – Políticas para as artes. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Artes, 2012.
- OLIVEIRA, Priscila Telles de. Roda Cultural de Olaria: um estudo sobre arte de rua e resistência. In: OLAZA, Mónica; AROCENA, Felipe; SANDOVAL FORERO, Eduardo Andrés (coord.). **Sociología de la cultura, arte e interculturalidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2019. p. 251-268.

RUBIM, Antonio Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, Antonio Albino. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 101-103.

SAGOT-DUVAUROUX, J.-L. Refonder les politiques culturelles. **Penser l'emancipation**, Paris, 6 jun. 2016. Disponível em: <https://jlsagotduvauroux.wordpress.com/2016/06/06/refonder-les-politiques-culturelles-publiques/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

TAMARA, Felipe Cárdenas. El signo paisaje cultural desde los horizontes de la antropología semiótica. **Revista de Antropología Iberoamericana**, Madrid, vol. 11, n. 1, p. 105-129, 2015.

Submissão: 06/05/2024 • Aprovação: 25/06/2024